



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

TJPE
FLS. 238
[assinatura]

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 306741-6 - Recife/PE

Agravante: Jorge da Motta Silveira Barbosa.

Advogado: Andréa Gouveia Campello OABPE 21543.

Agravada: Banco Banorte S/A. (em liquidação judicial).

Advogado: Eduardo Tasso de Souza OABPE 29146.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E ESTATUTO DO IDOSO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL PROPOSTA CONTRA OS DEVEDORES PRINCIPAIS E O FIADOR. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DETERMINOU O BLOQUEIO ON-LINE DE NUMERÁRIO DA CONTA BANCÁRIA DO FIADOR. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE QUE NÃO FOI ACOLHIDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO LIMINAR. IMPENHORABILIDADE DA VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. DEFERIMENTO PARCIAL DA LIMINAR NO SENTIDO DE OBSTAR A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LIBERAÇÃO DA VERBA BLOQUEADA. MÉRITO. IRRAZOABILIDADE DO BLOQUEIO, EM RAZÃO DE HAVER PEDIDO DE PENHORA DE BEM IMÓVEL DO DEVEDOR PRINCIPAL, SUPOSTAMENTE SUFICIENTE PARA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO EXECUTADO, FORMULADO PELO CREDOR E NÃO APRECIADO PELO JUÍZO, E EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS DO FIADOR (IDOSO, PORTADOR DE NEOPLASIA MALIGNA). REFORDA DA DECISÃO QUE SE IMPÕE EM FACE DO DISPOSTO NO ART. 595, DO CPC, E NOS ARTS. 2º E 4º, § 1º, DA LEI Nº 10.741/2003. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

DECISÃO: "À unanimidade de votos deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator".

Sessão realizada em 18 de junho de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 306741-6**, em que figura como agravante, Jorge da Motta Silveira Barbosa e, como agravado, o Banco Banorte S/A., **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e do termo de julgamento anexos, que integram o presente aresto.

Recife, 02 de julho de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR



230

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 306741-6 - Recife/PE

Agravante: Jorge da Motta Silveira Barbosa.

Advogado: Andréa Gouveia Campello OABPE 21543.

Agravada: Banco Banorte S/A. (em liquidação judicial).

Advogado: Eduardo Tasso de Souza OABPE 29146.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida nos autos da ação de execução de título extrajudicial tombada sob o nº 0012103-62.1998.8.17.0001, que rejeitou a exceção de pré-executividade oposta pelo executado ora agravante, determinando o aperfeiçoamento do ato de penhora e a intimação dos executados para oferecer embargos no prazo legal.

O agravante sustenta, em suma, que o banco agravado propôs a ação executiva originária em face da sociedade empresária e principal devedora Sovebrás Distribuidora Ltda., bem como do representante legal da empresa, Jorge Eduardo Portela Barbosa, e dele próprio, na qualidade de fiadores; que até fevereiro/2013 não havia sido penhorado bens dos devedores, apesar de o banco exequente haver localizado e indicado à penhora um imóvel de propriedade da principal devedora; e que em 18/02/2013 tomou conhecimento do bloqueio (penhora *on line*) do saldo de suas contas bancárias mantidas no Banco do Brasil e no Bradesco (corrente, poupança e investimentos), determinado pelo juízo de origem, razão pela qual manejou exceção de pré-executividade visando ao desbloqueio das contas.

Assevera que tem como únicas fontes de renda uma pensão pelo falecimento da sua esposa e duas aposentadorias, que juntas importam numa renda mensal no valor total de R\$ 10.599,98 (dez mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos); que até fevereiro/2013 conseguiu poupar um total de R\$ 100.411,27 (cem mil, quatrocentos e onze reais e vinte e sete centavos) distribuídos naquelas contas; que suas economias foram feitas com sacrifício e com a finalidade específica de custear o tratamento da patologia que lhe acomete (neoplasia maligna) e que foi diagnosticada em 2011; e que ao opor a

231

exceção o juízo a quo liberou liminarmente a quantia de R\$ 27.120,00 (vinte e sete mil, cento e vinte reais) correspondente a 40% (quarenta por cento) do saldo da poupança.

Pontua finalmente que o bloqueio fustigado constitui nulidade absoluta devido à impenhorabilidade dos valores atingidos, por provirem unicamente da pensão e aposentadorias, que são verbas de caráter alimentar, portanto impenhoráveis por força do disposto no art. 649, IV, do CPC; e que devido à sua idade avançada (80 anos) e seu quadro clínico, a decisão agravada lhe impinge risco de lesão grave e de difícil reparação na medida em que impossibilita o manuseio daquelas economias.

Pugna pela concessão de medida liminar visando à "suspensão da expedição do alvará para levantamento do valor bloqueado", e, subsidiariamente, caso haja sido expedido do alvará e levantado o valor, seja determinado o imediato depósito da quantia em juízo até decisão final da ação executiva.

No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que seja declarada a impenhorabilidade da verba e a ilegalidade do bloqueio, com a consequente liberação dos valores (fls. 02/14).

Acostou os documentos de fls. 15/188.

No despacho de fl. 193 posterguei o exame da liminar para momento posterior à ouvida da parte contrária.

A entidade agravada contrariou tempestivamente o recurso defendendo a penhorabilidade da verba, e pugnando pelo desprovimento do agravo (fls. 197/201).

Na decisão interlocutória de fls. 207/209 deferi a medida liminar requestada, no sentido de sustar eventual expedição de alvará para levantamento da quantia bloqueada, até o julgamento definitivo deste agravo.

Em seguida o juízo da causa prestou as informações solicitadas, e a douta Procuradoria de Justiça manifestou-se no sentido de inexistir interesse que justifique a intervenção ministerial no feito (fls. 218/219 e 225/227).

Autos conclusos. É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta de julgamento

Recife, 09 DE JUNHO DE 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo

RELATOR



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 306741-6 - RECIFE - PERNAMBUCO

Agravante: Jorge da Motta Silveira Barbosa.
Advogado: Andréa Gouveia Campello OABPE 21543.
Agravado: Banco Banorte S/A (Em Liquidação Judicial).
Advogado: Eduardo Tasso de Souza OABPE 29146.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Reexaminando detidamente os autos, constato que a decisão agravada deve ser reformada, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passo a cotejar.

Início destacando que o agravante é pessoa idosa, contando com mais de 80 (oitenta) anos de idade, e que foi diagnosticado com portador de neoplasia maligna (câncer de próstata), consoante documentos de fls. 129 e 155/157, e figura como garantidor no contrato de mútuo bancário celebrado entre o banco agravado e a sociedade empresária SORVEBRÁS DISTRIBUIDORA LTDA. (fls. 29/33 e 36/43).

Em razão do inadimplemento contratual por parte da principal devedora, o agravante sofreu bloqueio judicial **online** de valores depositados em sua conta bancária, valores estes oriundos de proventos de aposentadoria e pensão, para a satisfação do débito orçado em cerca de R\$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais).

Cumpre ainda destacar que a entidade credora ora agravada diligenciou no sentido de encontrar bens da principal devedora passíveis de penhora, tendo localizado um imóvel (lote) no bairro do Rosarinho, nesta cidade, em razão do que peticionou nos autos a expedição de mandado de penhora do referido bem, conforme se vê na petição e documento de fls. 72/73, sobre a qual o juízo **a quo** ainda não se manifestou.

Ademais, os bens do fiador ficam sujeitos à execução, se os do devedor forem insuficientes à satisfação do direito do credor (CPC, artigo 595).

Diante desse quadro fático reputo aplicável à espécie, em favor do agravante, a doutrina da proteção integral prevista nos artigos 2º e 4º, § 1º, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), por se tratar de normas de ordem pública e interesse social que compõem o microsistema de direitos coletivos, e que preveem a necessidade de se prevenir qualquer tipo de dano à saúde e ao patrimônio do agravante, sob pena de violação ao postulado constitucional da dignidade da pessoa humana, erigido a fundamento da própria República Federativa do Brasil pelo legislador constituinte, a teor do que dispõe o art. 1º, inciso III da CF/88.

Nesse rumo, e na esteira do que assentei na decisão interlocutória de fls. 207/209, a decisão agravada favorece sociedade empresária em fase de liquidação extrajudicial, circunstância que autoriza a concluir pela existência de risco de dano em desfavor do agravante, que na qualidade de mero garantidor do débito sofreu constrição patrimonial prematura, e que em razão da sua idade e debilidade física certamente já foi atingido no seu estado psíquico.

Ademais, e como dito, já foi encontrado e indicado bem penhorável da principal devedora, que ao menos em tese seria suficiente para a garantia do crédito do banco, e que sobre o pedido de penhora o julgador não se pronunciou, de modo que a manutenção da decisão agravada, a meu ver, para além de contrariar os dispositivos legais e postulados acima mencionados, contraria também o postulado da razoabilidade.

Com estas considerações, dou provimento ao recurso para reformar a decisão agravada e afastar a constrição patrimonial desfavorável ao agravante, com fundamento no artigo 595, do Código de Processo Civil e artigos 2º e 4º, § 1º, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), por se tratar de normas de ordem pública e interesse social relevante.

É como voto, Senhor Presidente.

Recife, 18 de junho de 2014.

Assinatura de Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR